

IPEA

Relatório de Atividades - 1990

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1990

DIRETORIA TÉCNICA

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS**

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento**

PRESIDENTE

Antonio Kandir

DIRETOR TÉCNICO

Ruy de Quadros Carvalho

DIRETOR TÉCNICO ADJUNTO

Luis Fernando Tironi

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Renato Moreira

COORDENADOR DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMAÇÕES

Liscio Fábio de Brasil Camargo

COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE

Dagoberto Koehntopp

COORDENADOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA

José Garcia Gasques

COORDENADOR DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

Flávio Tavares de Lyra

COORDENADOR DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

Eduardo Felipe Ohana

COORDENADOR DE POLÍTICA SOCIAL

Luz Carlos Eichenberg Silva

COORDENADOR REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Varsano

- DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Brasília:

SGAN Q. 908 - MÓDULO E - Cx. Postal 040013

CEP 70.312

COORDENAÇÃO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Antonio Carlos, 61 - 13º ao 17º andares

CEP 20.020

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
DIRETORIA TÉCNICA	3
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - CPS	5
— Pesquisas em Andamento	5
— Trabalhos Elaborados	6
— Cooperação Institucional	8
— Participação em Órgãos Colegiados e Grupos de Trabalho.	8
— Seminários e Simpósios	8
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS - CPM	8
— Pesquisas em Andamento	8
— Trabalhos Elaborados	9
— Cooperação Institucional	9
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA - CPIT	10
— Trabalhos Elaborados	10
— Cooperação Institucional	10
— Seminários e Simpósios	11
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA AGRÍCOLA - CPA	11
— Pesquisas em Andamento	11
— Trabalhos Elaborados	11
— Cooperação institucional	12
— Seminários e Simpósios.	12
COORDENAÇÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA .	13
— Pesquisas em Andamento	13
— Cooperação Institucional	13
— Seminários e Simpósios.	13

COORDENACÃO REGIONAL - RIO DE JANEIRO - CR/RJ	13
— Pesquisas em Andamento	13
— Trabalhos Elaborados	15
— Cooperação Institucional	16
— Seminários e Simpósios	16
— Seminários Internos	16
— Atividades de Apoio à Pesquisa	18
COORDENAÇÃO DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMACÕES - CDTI	18
— Divisão de Desenvolvimento Institucional - DDI	18
• Seminários.	18
— Divisão de Editoração e Divulgação - DED	19
— Gerência da Política Editorial.	19
— Processo de Edição e Difusão	20
— Divisão de Processamento de Dados e Informática (DPI)	20
• Modernização e compra de equipamentos.	21
• Padronização da linguagem Word 5.0 para o IPEA.	21
• Elaboração de projeções de curto e médio prazos.	21
— Divisão de Biblioteca e Documentação (DBD)	21
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	23
— Diretoria de Administração e Finanças	23
— Departamento Administrativo e Financeiro	23
— Departamento de Recursos Humanos	24
— GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA Exercício de 1990 (Valores em Cruzeiros)	26
PROJETO DE GERENCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - GESEP ACORDO BRASIL - BIRD -2721	27
— ATIVIDADES DA UNIDADE CENTRAL	27
— ATIVIDADE JUNTO A CADA COMPONENTE	28
• Departamento da Receita Federal	28
• Departamento de Patrimônio da União	29
• Tribunais de Contas dos Estados	29

• Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	29
• Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	29
• Ministério das Relações Exteriores	29
• Serviço Federal de Processamento de Dados	29
• Secretaria de Administração Federal	29
• Outras Demandas	30

**PROJETO NACIONAL DE SANEAMENTO
RURAL - PNSR
PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

UNIÃO - OPAS/OMS	31
— Introdução	31
— Atividades Desenvolvidas	32
• Organização, Promoção e Participação de Eventos . . .	32
• Conclusão de Documentos Técnicos	32
• Publicação de Documentos da Série Saneamento Rural	33
• Reedição de Documentos da Série Saneamento Rural .	33
• Elaboração de Documentos Técnicos	33
• Documentação Áudio-Visual dos Experimentos	33
• Participação em Eventos	33
• Participação em Reuniões	34
• Outras Atividades	35

ANEXO - PUBLICAÇÕES DO IPEA - 1990	37
• Texto para Discussão Interna	37
• Texto para Discussão	37
• Relatório Interno	38
• Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior - Epico	39
• Série Fac-simile	39
• Série Esep	40
• Carta de Conjuntura	40
• Boletim Conjuntural	40
• Nota para Discussão	40
• Texto para Discussão	40
• Acompanhamento de Políticas Públicas	41

• Documento de Política	41
• PLANINFORME/IPEA/DBD	41
• Livros	41
• Revistas	42

APRESENTAÇÃO

O ano de 1990 representou, para o país como um todo, um período de profundas modificações advindas das propostas do novo Governo. Impunha-se, portanto, que o IPEA, marcado em sua origem enquanto órgão gerador de idéias, não se limitasse à circunscrição passiva das reformas em curso. Dispôs-se a assumir, como de fato o fez, uma postura reflexiva e ativa em torno do cenário nacional, não apenas adaptando, mas adequando seu papel institucional junto àquele conjunto de mudanças.

Nesse sentido, direcionou-se o IPEA para a prática da pesquisa econômica aplicada, através da qual sua atuação, no presente estado das artes, evidencia-se mais conseqüente do que a assessoria para o planejamento pela qual vinha respondendo no passado recente. Desta forma, de Instituto de Planejamento Econômico e Social passou a denominar-se Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Ora, reestruturação de tal ordem exigiu reflexão, discussão e ação, implicando substantivas reformas internas, em nome da sempre melhor articulação, característica deste Instituto, entre a produção de pesquisa e seu necessário apoio, tanto técnico quanto administrativo.

Dessa maneira, o relatório que se apresenta vem mostrar os primeiros resultados desse processo, o qual, em última análise, em indo ao encontro dos objetivos governamentais, buscou atingir mais do que a eficiência do IPEA, mas, sobretudo, sua eficácia.

DIRETORIA TÉCNICA

É atribuição institucional do IPEA a realização de estudos e pesquisas econômicas aplicadas e o apoio à Secretaria Especial de Política Econômica e ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. O IPEA participa, dessa forma, da formulação e avaliação das políticas macroeconômicas e setoriais do governo.

No decorrer de 1990 o IPEA envolveu-se intensamente com questões essenciais à política econômica do Governo. Desta forma, no primeiro semestre do ano foi efetuada a avaliação dos 100 (cem) primeiros dias do Programa de Estabilização Econômica, e em função dessa avaliação foram examinadas as perspectivas de ação governamental. No mesmo período destaca-se o envolvimento do IPEA na formulação da Política Industrial e de Comércio Exterior, em estreita articulação com o Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria Nacional de Economia. No âmbito dessa política, o IPEA teve o mérito de formular a primeira versão de um Programa de Capacitação Tecnológica da Indústria Brasileira, que levou à forma final assumida pelo programa.

No segundo semestre de 1990 o IPEA apoiou a Secretaria Especial de Política Econômica na estruturação da proposta de renegociação da dívida externa, quando teve papel decisivo na construção do conceito "capacidade fiscal de pagamento", subsidiou a SEPE nas questões da pauta das conversações relativas ao Entendimento Nacional, e participou da avaliação dos possíveis impactos da crise do Golfo Pérsico na economia brasileira — apenas para destacar algumas contribuições em áreas de grande relevância à ação governamental. Concomitantemente, outros trabalhos foram realizados por demanda do Ministério da Economia, colaborações foram prestadas a outros órgãos do governo, e levou-se a termo todo um conjunto de atividades que incluem pesquisas econômicas e sociais de maior abrangência, como a produção de informações para formulação e avaliação de políticas públicas, o treinamento e a própria reestruturação interna do órgão.

A reestruturação interna do IPEA efetivou-se sob a égide das diretrizes maiores da ação governamental, voltadas para a modernização da economia e da sociedade brasileira e a correspondente revisão do papel

do Estado, segundo as orientações da reforma administrativa e patrimonial.

Seguindo estas orientações, foi efetivada a reforma na estrutura técnico-administrativa do IPEA, que compactou as três superintendências técnicas em apenas uma Diretoria-Técnica, o mesmo acontecendo com as diretorias-adjuntas. As onze coordenações técnicas existentes anteriormente foram aglutinadas em apenas sete — sendo criada uma para tratar dos assuntos especificamente relacionados à preservação do meio-ambiente — todas atualmente integradas à nova Diretoria Técnica. Estas alterações proporcionaram uma redução de 30% nos gastos com cargos em comissão e funções gratificadas.

Através destas transformações, o IPEA procurou a racionalização e a interação das ações e atividades da Instituição, que se achavam dispersas e pulverizadas, num ambiente institucional capaz de promover a integração das distintas culturas organizacionais existentes.

Tão importante quanto a reforma no organograma, foi a opção por uma sistemática operativa que privilegia a organização das equipes técnicas com base em projetos, os quais são articulados por linhas de pesquisas e áreas temáticas, incentivando-se, sempre que possível, a integração de técnicos de coordenações distintas com o trabalho sendo executado por equipes multidisciplinares. Os principais projetos e estudos em curso no IPEA organizam-se em torno das seguintes áreas temáticas: desigualdade de renda e combate à pobreza, políticas de estabilização macroeconômica, modernização produtiva, revisão do papel do Estado e desenvolvimento e preservação ambiental. A escolha destas áreas como balizadoras do programa de trabalho reflete a preocupação em tê-lo em sintonia com as diretrizes básicas da ação governamental, ao mesmo tempo em que obedece ao princípio da convergência dos esforços para os objetivos da Instituição. Tomadas conjuntamente, estas áreas temáticas apresentam perfeita articulação e são o eixo das prioridades dos trabalhos do IPEA.

A estabilização macroeconômica é condição essencial para o combate às desigualdades sociais e a modernização econômica. Portanto, a revisão do papel do Estado tem relevância clara para a modernização da economia e para a estabilidade macroeconômica. A modernização — ao superar os problemas estruturais da economia e corrigir distorções herdadas, abrindo destarte espaço para a competitividade e a capacitação tecnológica — eleva a produtividade do sistema econômico, o que contribui para a superação da desigualdade social e cria condições para um crescimento equilibrado e para a manutenção da estabilidade macroeconômica.

O combate à pobreza requer mobilização de meios, recursos e instrumentos próprios e específicos, que muito mais eficientemente operam em ambiente de estabilidade econômica e modernidade social. Tais perspectivas adquirirão viabilidade a partir de uma profunda revisão do papel do Estado na economia e na sociedade. É essencial recuperar a funcionalidade do Estado como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social, função que ficou grandemente prejudicada com a crise fiscal e cuja reabilitação requer a estabilização

macroeconômica. O gasto público deve ser exercido dentro de padrões de eficiência comparáveis às das sociedades desenvolvidas. A ação do Estado deve limitar-se às áreas em que se apresenta como insubstituível e ser exercido com eficiência e eficácia.

Também as atividades de acompanhamento e análise de conjuntura, que são desenvolvidas em caráter permanente, subsidiam os formuladores e executores de políticas, principalmente a SEPE. Representam um mecanismo de interação constante com as outras áreas governamentais e com o meio acadêmico. Em suporte às atividades-fim, são realizados serviços de busca, fornecimento e difusão de informações (biblioteca e editoração), processamento de dados e treinamento e desenvolvimento institucional, atividades essenciais ao melhor desempenho das tarefas técnicas do IPEA, conforme padrões de eficiência que se exige da função governamental nas sociedades modernas.

Para levar a bom termo seu elenco de atribuições, o IPEA contou em 1990 com a colaboração de entidades nacionais e internacionais, em certos casos a elas também emprestando apoio técnico e financeiro. Destacam-se o Banco Mundial/GESEP, o PNUD, a CEPAL, a OIT, a ANPEC e a IBMEC. Foram também mantidas atividades de convênios com entidades de Governo como IBGE, BNDES e FINEP, com fins de cooperação técnica, e intensificou-se o intercâmbio científico e a cooperação técnica com as universidades do país e do exterior.

A relação de publicações do IPEA no final deste relatório demonstra a dimensão qualitativa e quantitativa do trabalho desenvolvido nesta Instituição no ano de 1990.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - CPS

Pesquisas em Andamento (com *: etapa concluída)

Integração de Políticas Sociais.

- Estudo sobre o financiamento da descentralização do sistema único de saúde. (*)
- Aspectos conceituais da descentralização. (*)
- Discussão sobre o sistema único de saúde. (*)
- Gasto social federal nos anos 80 segundo os grandes agregados setoriais. (*)

Estado Cognitivo da População.

- Elaboração do termo de referência e articulações com as instituições co-responsáveis (IBGE e Fundação Carlos Chagas). (*)

Sistema de Informações Sociais.

- Elaboração de um sistema de indicadores da situação social (educação, saúde, habitação, saneamento, mercado de trabalho, greves, demografia) e dos Programas Sociais.

-
- . Política Salarial e Rendimentos na Década de 80.
 - Montagem dos Indicadores.
 - . Famílias Matrifocais e Mercado de Trabalho.
 - . Dimensionamento da Pobreza.
 - Levantamento de dados.
 - . Acesso Diferenciado da População aos Serviços Sociais Básicos.
 - Montagem dos indicadores.
 - . Políticas Públicas de Educação e seu Financiamento nas Décadas de 70 e 80. (*)
 - . Condições de Escolarização da População Jovem em Regiões Metropolitanas (convênio IBGE/IPEA/UNICEF)
 - . Professores do Primeiro Grau: quem são, onde estão e quanto ganham. (*)

Trabalhos Elaborados

- . A Criança no Brasil: O que fazer? (UNICEF/IPEA).
- . Impactos Sociais do Programa de Estabilização Econômica.
- . O Financiamento da Descentralização dos Serviços de Saúde: Critérios para Transferência de Recursos para Estados e Municípios (com OPS).
- . O que vetar no Projeto de Lei Orgânica da Saúde (a pedido do MS e com colaboração do NESP/UnB).
- . Política Econômica e Saúde: Perspectivas para os Anos 90.
- . Impacto das Políticas Econômicas sobre Saúde/Financiamento do Setor Público no Brasil.
- . O Combate à Pobreza no Contexto do Entendimento Nacional.
- . Bibliografia Básica em Economia da Saúde.
- . O Financiamento do Desenvolvimento Social: O Que Propõe o Banco Mundial.
- . Subsídios para o "Entendimento Nacional".
- . Plano Plurianual (por solicitação do MEFP/SEPLAN).
- . Parecer sobre o "Women's Reproductive Health", do BIRD.
- . Gastos Sociais do Governo Federal no Ano de 1989/Conta Social Consolidada.
- . Principais Problemas das Áreas de Saúde, Previdência Social e Habitacional.

-
- . Critérios para Contratação de Empréstimos e Renegociação de Dívidas no Âmbito do FGTS.
 - . Distribuição de Competências entre o MAS, a CEF e o Conselho Curador do FGTS.
 - . Ajustes na Resolução nº 18 do Conselho Curador do FGTS.
 - . Avaliação do Programa de Atendimento Odontológico Escolar.
 - . O Sistema Único de Saúde e suas Perspectivas.
 - . Aspectos Conceituais da Descentralização.
 - . Agenda para Discussão da Proposta de Modernização das Relações entre Capital e Trabalho.
 - . Participação nos Lucros: Abordagens e Perspectivas.
 - . Proposta de Projeto de Lei Regulamentando Negociações Coletivas na CLT.
 - . Educação: Arcabouço Institucional.
 - . Propostas na Área de Educação de Crianças, Adolescentes e Adultos.
 - . Situação Social do Nordeste.
 - . Balanço do Mercado de Trabalho. Iº Semestre 1990.
 - . Brasil: Indicadores do Mercado do Trabalho na Década de 80.
 - . Dinâmica Demográfica por Nível de Renda.
 - . O Combate à Pobreza no Contexto do Entendimento Nacional.
 - . Nota sobre o Seguro-Desemprego.
 - . Nota sobre o Vale Transporte.
 - . Nota sobre Gastos em Educação e Implicações do Art. 60 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição.
 - . Educação Básica no Brasil. Um Desafio à Democratização e Competitividade.
 - . Aspectos Sócio-Políticos do Desenvolvimento Educacional: Implicações para a Administração de Sistemas Escolares.
 - . Políticas Públicas em Educação. Notas Introdutórias à Experiência Brasileira Recente.
 - . Educação de Adolescentes. Identificação de Problemas e Agenda de Políticas.

Cooperação Institucional

Participação em Órgãos Colegiados e Grupos de Trabalho.

- Conselho Nacional de Saúde.
- Conselho Deliberativo da Fundação de Serviços de Saúde Pública.
- Grupos de Trabalho do Conselho Curador do FGTS.
- Fundo Nacional de Saúde.
- Grupo RAIS-Relação Anual de Informações Sociais.
- Projeto Sensoriamento (com CBIA e Movimento de Meninos e Meninas de Rua).
- Grupos de Trabalho do DNPA e DEAIN/MEFP.

Seminários e Simpósios

- Iª Conferência Municipal de Saúde de Manaus.
- Painel organizado pela Organização Panamericana da Saúde.
- Seminário sobre Eficiência e Eficácia das Políticas Sociais.
- "Lei Orgânica da Saúde, os Vetos e as Perspectivas do SUS".
- "Leis Orgânicas da Seguridade Social".
- "A Crise no Setor Saúde e a Urgência da Implantação do SUS".
- Seminário Internacional: Estado, Economia e Saúde.
- X Jornadas de Economia de La Salud (Espanha).
- O Desafio da Escola Básica: Qualidade e Equidade" (com o Senado Federal).
- "A Pobreza nos Anos 80".
- "As Políticas de Alimentação nos Anos 80".
- "A Infância de 0 a 6 anos".
- Seminário de Pesquisadores em Serviço Social.
- Seminário Interinstitucional para Avaliação de Políticas Públicas de Educação.
- "A Questão Social no Brasil: Avaliação e Estratégias". (III Forum Nacional).
- Encontro sobre Modernização Administrativa no Setor Educacional.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS - CPM

Pesquisas em Andamento

- . Blocos de Comércio e as Indicações para a Política de Comércio Exterior Brasileiro.
- . A Taxa de Câmbio Cruzada com Países Concorrentes com o Brasil.

-
- . Um Modelo Autoregressivo para a Estimativa das Funções de Exportação e Importação, com Solução para a Taxa Cambial.
 - . A Reforma Monetária e os Efeitos sobre a Rentabilidade Bancária.

Trabalhos Elaborados

- . A Política Fiscal e o Quadro Macroeconômico no Brasil 1981-1988 (com a CEPAL).
- . Capacidade de Pagamento do Setor Público: do Enfoque às Medidas de Política Econômica.
- . A Capacidade de Pagamento da Dívida Externa do Brasil: da Teoria ao Conceito.
- . A Execução da Política Monetária em 1990.
- . A Execução Financeira do Tesouro Nacional nos Primeiros Seis Meses do Governo.
- . Dívida Externa: A Proposta Brasileira 1990.
- . Aspectos Básicos dos Efeitos do Programa de Estabilização Econômica na Contabilidade das Instituições Financeiras e Banco Central.
- . As Exportações Brasileiras no Último Trimestre de 1990.
- . A Questão Inflacionária.
- . Avaliação dos 100(cem) primeiros dias do Programa de Estabilização Econômica e Perspectivas da Ação Governamental.
- . Relatório sobre os Condicionantes do Índice de Inflação da FIPE.
- . Elaboração de 20(vinte) relatórios semanais (posteriormente quinzenais) sobre conjuntura macroeconômica, para acompanhamento do Programa de Estabilização.

Cooperação Institucional

- . Participação na preparação dos argumentos da negociação da dívida externa, especialmente na definição de Capacidade Fiscal de Pagamento.
- . Grupos de Trabalho de Avaliação da Conjuntura Macroeconômica na SEPE/MEFP.
- . Cooperação com a CEPAL nas áreas fiscal e de economia internacional, especialmente para blocos de comércio.

-
- . Cooperação com o Governo Francês através de contatos mantidos com economistas do CEPREMAP e do Comissariado do Plano.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA - CPIT

Trabalhos Elaborados

- . As Perspectivas da Zona Franca de Manaus no Contexto da Nova Política Industrial e de Comércio Exterior.
- . Considerações sobre a Política de Informática no Contexto da Nova Política Industrial e de Comércio Exterior.
- . Avaliação do Desempenho Industrial nos 100 (cem) Primeiros Dias do Governo Collor.
- . Especialização Industrial: documento para o Entendimento Nacional.
- . Infra-estrutura: documento para o Entendimento Nacional.
- . Termo de Referência: Avaliação do Impacto das Políticas Públicas sobre o Desenvolvimento Industrial e Comercial.
- . Documento base para a elaboração do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica.
- . Programa de Competitividade Industrial: Metodologia para Seleção dos Segmentos Industriais Prioritários.
- . Estruturação de Banco de Dados com informações sobre indicadores de desempenho do setor industrial.

Cooperação Institucional

- . Participação em Órgãos Colegiados e Grupos de Trabalho;
 - Grupo de Trabalho do MEFP para formulação da Política Industrial e de Comércio Exterior.
 - Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria.
 - Grupo de Trabalho para Revisão dos Procedimentos de Transferência de Tecnologia.
 - Comissão de Revisão de Tarifas Aduaneiras.
 - Comissão de Política de Apoio às Exportações.

-
- Grupo de Trabalho para montagem de um Sistema de Acompanhamento das Estratégias Tecnológicas das Empresas Industriais.
 - Grupos Executivos de Política Setorial-GEPS: Siderurgia, Agroindústria, Papel e Celulose, Petroquímica, Eletrônica, Bens de Capital, Couro e Calçados, Construção Naval e Construção Civil.
- . Seminários e Simpósios
- Seminário com a comunidade acadêmica para discussão das diretrizes da Política Industrial e de Comércio Exterior.
 - Simpósio TECH 90: Transferência de Tecnologia: Mudanças no Cenário Internacional e a Nova Política para o Brasil.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA AGRÍCOLA - CPA

Pesquisas em Andamento (com *: etapa concluída)

- . Avaliação da Irrigação Privada no Brasil.(*)
- . Estrutura da Produção Agropecuária e Relações Interindustriais - 1970/1985 (Convênio IPEA/IBGE).(*)
- . Análise das Transformações no Uso de Insumos Modernos na Agricultura Brasileira.
- . Ocupação da Terra e Uso de Recursos Naturais (Convênio IPEA/IBGE).(*)
- . Mercados Agrícolas, Instabilidade e Condições para uma Regulação Econômica.
- . Política Comercial Agroindustrial.

Trabalhos Elaborados (com *: concluídos)

- . Termo Aditivo ao Convênio IPEA/IBGE: Ocupação da Terra e Uso de Recursos Naturais - Evolução e Problemas.(*)
- . Impactos do Plano de Estabilização Econômica sobre a Agricultura.(*)
- . O Plano de Governo e Agricultura: Avaliação e Perspectivas.(*)
- . Tópicos para a Elaboração do Programa de Trabalho da Coordenação de Agricultura do IPEA.(*)
- . Termo de Referência: Tecnologias Apropriadas para a Amazônia.(*)
- . Avaliação da Proposta de Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura.(*)

-
- . Avaliação do Projeto de Lei nº 4086, de 1989, do Senado Federal, referente à Lei Agrícola.(*)
 - . Termo de Referência: O Protecionismo e os Efeitos da Liberalização do Comércio de Produtos Agrícolas - O Caso do Brasil.(*)
 - . Termo de Referência: Avaliação da Irrigação Pública no Brasil.(*)
 - . Apreciação Crítica das Emendas ao Projeto de Lei Agrícola.(*)
 - . Notas sobre o documento "Estratégias Setoriais para a Agroindústria".(*)
 - . Situação Atual do Crédito Rural: Análise das Fontes, Custos e Distribuição.
 - . Pecuária: Principais Problemas de Oferta.
 - . Preços de Terras e Salários.
 - . Irrigação Pública Federal: Situação Atual.
 - . Barreiras ao Comércio: Tarifas.
 - . Prioridades dos Gastos Públicos em 1990.
 - . Análise das Transformações no Uso de Insumos Modernos na Agricultura Brasileira.
 - . Legislação Agrícola em 1990.

Cooperação Institucional

- . Participação em Órgãos Colegiados e Grupo de Trabalho
 - Comissão Especial de Estatísticas Agropecuárias (CEPAGRO).
 - Comissão Especial do Contrato de Empréstimo 2727-BR entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial.
- . Seminários e Simpósios.
 - Mercados Agrícolas, Instabilidade e Condições para uma Regulação Econômica.
 - Distorções dos Preços Agrícolas e Agroindustriais.
 - Participação, com apresentação de trabalhos, no XXXIII Congresso da SOBER.
 - Seminário Mudança Técnica e Reestruturação Agroindustrial.
 - Painel sobre Prioridades dos Gastos Públicos em Agricultura.
 - Painel sobre Questões Agrárias na Região Centro-Oeste.

COORDENAÇÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Pesquisas em Andamento

- . Identificação de Problemas de Natureza Ambiental em Projetos de Financiamento Externo.
- . Contas Nacionais e Recursos Naturais.
- . Estudo de Caso Setorial: Aproveitamento dos Recursos Hidrelétricos.

Cooperação Institucional

- . Participação em reuniões técnicas em outros órgãos como SECIRM/MM, COPLAM/MARA, MINFRA, sobre geopolítica, desenvolvimento sustentável e conferência internacional sobre meio ambiente em 1992.
- . Seminários e Simpósios.
 - Seminário sobre Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável.
 - Reunião sobre Atuação das Organizações Não-governamentais na Conservação do Meio Ambiente.
 - Reunião sobre Zoneamento Costeiro/Plataforma Continental/Antártida.
 - Reunião sobre "Nosso Futuro Comum/Informe Elaborado pelos Especialistas de Países Ibero-Americanos" e "La Ecopolítica del Desarrollo Sustentable: Uma Vision Latinoamericana de la Agenda sobre el Medio Ambiente-CEPAL".
 - Reunião sobre Biodiversidade.

COORDENAÇÃO REGIONAL - RIO DE JANEIRO - CR/RJ

Pesquisas em Andamento (com *: concluída)

- . Índices de Preço e de Quantidade para o Setor Externo Brasileiro.
 - Geração de Índices Mensais e Anuais de Exportação para o Período 1974/88.(*)
- . Índices Ponderados de Agregados Monetários para o Brasil.
 - Primeira Etapa Concluída.(*)
- . Indicadores de Preços Relativos.

-
- . Modelo de Projeções para o Setor Externo da Economia Brasileira (MOPSE). Aperfeiçoamento.
 - . Modelo Multissetorial de Consistência (MMC). Aperfeiçoamento.
 - . Construção de um Modelo Econométrico Trimestral da Economia Brasileira.
 - Bloco Externo para Previsão dos Principais Agregados da Balança Comercial.(*)
 - Bloco de Equações para Demanda de Ativos Financeiros.
 - Modelo Multivariado de Previsão da Produção Industrial.
 - . Especificação e Estimação de um Modelo de Consistência Macroeconômica.
 - Especificação e Coleta de Séries Históricas (período 1970 a 1989).(*)
 - . Determinação da Taxa de Câmbio: Testes Empíricos para o Brasil.
 - . Fontes Exógenas do Processo Inflacionário no Brasil.
 - . Produtividade e Competitividade Industrial.
 - Índices da Taxa de Crescimento da Produtividade Total dos Fatores (PTF).(*)
 - Fatores que Influenciam a Eficiência Técnica.(*)
 - Números Índices (Comércio Exterior e Exportação).(*)
 - Vantagens Comparativas Reveladas, Custo Relativo de Fatores e Intensidade de Recursos Naturais: Resultados para o Brasil (1980/88).(*)
 - Indicadores de Competitividade e Rentabilidade da Atividade Exportadora.
 - . Política Industrial e Comercial.
 - Convênio IPEA/BNDES. Relatório Concluído.(*)
 - . O Papel dos Investimentos Públicos no Aumento da Produtividade Agrícola.
 - . Banco de Dados do Setor Agropecuário.
 - . Estimativa do Retorno dos Investimentos em Educação.
 - . Oscilações na Distribuição de Renda e o Processo de Desenvolvimento Econômico.
 - . A Informalidade do Mercado de Trabalho Brasileiro e Desigualdades de Salários.
 - Como os Diferentes Tipos de Segmentação Atuam sobre a Desigualdade.(*)
 - Efeitos da Política de Salários Mínimos e do Desemprego sobre a Taxa de Salários Média e Mediana.
-

-
- . Determinantes da Escolaridade dos Adolescentes.
 - Descrição do Nível Educacional da Criança Brasileira.(*)
 - Causas e Consequências da Participação do Menor no Mercado de Trabalho.(*)
 - . Consequências da Pobreza sobre o Bem-Estar de Crianças e Adolescentes entre 7 e 17 anos.(*)
 - . Causas e Consequências da Mortalidade Infantil no Brasil.
 - . O Comportamento das Esposas como Participantes do Mercado de Trabalho.
 - . Educação, Participação Feminina no Mercado de Trabalho e Fecundidade.
 - . Causas da Pobreza nas Famílias Chefiadas por Mulheres.
 - . Análise da Dinâmica de Formação de Renda da Família Brasileira.
 - . Pobreza e Acessibilidade a Serviços Básicos: uma Comparação entre Rio e São Paulo.
 - Coleta e Sistematização de Dados sobre o Rio de Janeiro.(*)
 - Análise da Acessibilidade aos Serviços de Habitação, Saneamento, Água, Saúde e Educação.(*)
 - . Impactos da Colonização na Amazônia nos Anos 80.(*)
 - . Determinantes Sócio-econômicos do Processo de Colonização da Amazônia.
 - . Avaliação da Política Nacional de Meio-Ambiente - (EIA-RIMA).
 - . Formas de Privatização.
 - . Configuração Idealizada do Sistema Financeiro Voltada para a Estabilidade Monetária, Equilíbrio do Setor Externo e Adequada Intermediação de Recursos para o Setor Privado.
 - . Políticas Governamentais com Relação ao Ensino Superior.
 - . Déficit Fiscal sob a Ótica de Caixa e Competência.
 - . O Custo Financeiro da Dívida Mobiliária Federal: Mensurações Diretas.(*)

Trabalhos Elaborados

- . Análise do Impacto do Ajuste Externo sobre a Agricultura.
- . Implicações dos Planos de Ajuste Econômico para a Agricultura.
- . Vantagens Comparativas da Agricultura de Grãos do Centro-Oeste e o Papel da Política de Preços Mínimos em sua Evolução .

-
- . Estimacão de uma Forma Funcional para a Distribuico de Renda do Trabalho.
 - . Análise das Variaes nos Índices de Theil para a Distribuico de Rendimentos no Brasil, de 1977 a 1985.
 - . A Situao Social no Brasil: um Balanço de Duas Décadas.
 - . Pobreza no Brasil: uma Avaliao dos Anos Oitenta.
 - . A Desigualdade de Renda no Brasil.
 - . Educao Básica no Brasil: um Desafio  Democracia e  Competitividade.
 - . Repensando o Problema da Habitao.
 - . Situao Demográfica Brasileira.

Cooperao Institucional

- . Participao em rgos Colegiados e Grupos de Trabalho.
 - Promoo de 3 (três) Reuniões de Conjuntura (março, julho e outubro).
 - Avaliao dos Impactos da Crise do Golfo Pérsico na Economia Brasileira (para a SEPE).
 - Grupos de Trabalho no DECEX/MEFP (nova Política Tarifária e Fiscal).
 - Grupo de Trabalho do Convênio IPEA/FINEP. Sistema de Acompanhamento das Estratégias Tecnológicas.
 - Acompanhamento das Leis Complementares sobre o Sistema Financeiro Nacional.
- . Seminários e Simpósios
 - Seminário sobre Estratégias de Renegociao da Dívida Externa Brasileira (com a SEPE).
 - Conferências Mundiais do Projeto Link (duas).
 - Congresso da Sociedade Brasileira de Econometria-SBE.
 - Seminário sobre "North-South Macroeconomic Interactions". Forum Nacional (BNDES).
- . Seminários Internos
 - Total Factor Productivity Growth and Export-Led Strategies: Reviewing the Cross-Country Evidence.
 - Dívida Externa: Internalizao e Crescimento Econômico: Uma Estratégia Dominante.
 - Um Modelo de Busca (Search) sob Condies Inflacionárias.
 - Um Modelo Pós-Keynesiano para a Economia Brasileira.

-
- Restrições Externa, Orçamentária e de Capacidade no Caso Brasileiro: Perspectivas.
 - Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil.
 - Privatização.
 - Os Mercados Inter-setoriais da Economia Brasileira nos Anos 80.
 - Políticas Macroeconômicas com M4 e Papel Moeda em Poder do Público para o Caso Brasileiro.
 - Aspectos da Experiência Brasileira com o FMI.
 - Padrões de Desenvolvimento Urbano na Década de 90.
 - Uma Estratégia de Planejamento para o Brasil.
 - Segmentação no Mercado de Trabalho: A Carteira de Trabalho na Construção Civil.
 - Avaliação do Desempenho das Empresas Estatais.
 - Jogo de Xadrez: Economia, Política e Administração Pública no Brasil.
 - The Effect of Family Background on Returns to Schooling in Brazil.
 - Desmatamentos na Amazônia.
 - Perspectivas da Economia Latino-americana nos Anos 90.
 - Eastern Europe Inflation, Property and Perspectives.
 - Um Modelo Pós-keynesiano para a Inflação.
 - Fontes Endógenas de Aceleração Inflacionária no Brasil.
 - Perspectivas da Automação Industrial no Brasil.
 - The Diffusion Process of Technology: Determinants and Implication.
 - Índices de Exportação para o Brasil: 1974-88.
 - O Modelo de Curto Prazo de Determinação do PIB Trimestral.
 - Os Planos de Estabilização no Brasil e na Agricultura.
 - Vantagens Comparativas Reveladas e Intensidade de Fatores: Resultados para 1980/66.
 - Privatização no Governo Collor: Triunfo do Liberalismo ou Colapso do Estado Desenvolvimentista?
 - Estratégias de Geração de Renda das Famílias Brasileiras: Um Estudo da Participação da Mulher (Cônjuge) no Mercado de Trabalho e de sua Contribuição no Processo de Formação da Renda Familiar.
 - O Mercado de Trabalho: Segmentação Regional ou Mercado Nacional.
 - International Banking: 1874-1914.
 - Tema: Plurianual e Reestruturação do Gasto Público.
 - The State and Industrial Strategy.
 - Política Monetária Ótima no Combate à Inflação.
-

Atividades de Apoio à Pesquisa

Em apoio ao trabalho de pesquisas, em 1990, foram feitos serviços de documentação e de informática. No setor da documentação destaca-se o recebimento, por doação, de 1.450 livros e folhetos, sendo aproveitados 63 livros e 863 folhetos. Foram assinados 108 títulos de periódicos e cancelados 62. Foram catalogados cerca de 800 livros e folhetos, totalizando 4.400 fichas datilografadas, revisadas e arquivadas. Além disso, foram realizados cinco levantamentos bibliográficos e respondidas 1.200 consultas.

Em informática, o apoio à pesquisa de maior destaque foi a utilização de 100 horas de CPU da unidade da Fundação IBGE, das quais 90% foi através do Programa Estatístico SAS. Entre as bases de dados primários mais trabalhadas, destacam-se: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; Pesquisa Mensal de Emprego, Censos Demográficos, Censos Industriais e Agropecuários, Dados de Comércio Exterior. Acrescente-se o apoio à utilização do programa GAMS na estimação de modelos de equilíbrio geral. Foram desenvolvidos também diversas atividades na área de microcomputação em apoio aos trabalhos da coordenação.

COORDENAÇÃO DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMACÕES - CDTI

O ano de 1990 teve início, em termos de atividades para a CDTI, apenas em junho. Os maiores esforços foram concentrados na estruturação das suas quatro Divisões, definição do corpo técnico, montagem de uma programação mínima para o período julho/dezembro e publicação dos textos que se achavam em processo de edição desde 1989.

Divisão de Desenvolvimento Institucional - DDI

Partindo das atividades antes desenvolvidas pelo CENDEC, a Divisão abriu novas linhas de trabalho condizentes com a redefinição das funções do IPEA. As atividades desenvolvidas em 1990 podem ser agrupadas em três áreas: Promoção de Eventos, Relações Institucionais e Desenvolvimento Interno.

. Seminários.

- Workshop Planejamento e Governo - BNDES.
- Workshop Planejamento e Governo - SUDENE.
- 2 Workshops Planejamento e Governo - Brasília (condensado para dirigentes).
- Curso Análise de Projetos - Brasília.

-
- Simpósio "O Desafio da Escola Básica; Qualidade e Equidade - Brasília.
 - Seminário sobre Capacitação Tecnológica.
 - Seminário sobre Tendências e Políticas na área de Meio-Ambiente - Brasília.
 - Seminário sobre Eficiência e Eficácia em Políticas Sociais - Brasília.

. **Encontros sobre Sociedade e Políticas Públicas**

- O Método Zopp.
- A Experiência do NEPP da Unicamp.
- Cenários Políticos Brasileiros.
- Planejamento e Políticas Públicas.

. **Relações Institucionais**

No âmbito de reforço das relações institucionais merecem destaque aquelas desenvolvidas com:

- Programa Itália/FAO - Capacitação através da participação em encontro (Buenos Aires) com centros de treinamento e pesquisa da América Latina e Caribe.
- BNDES - Workshop Governo e Planejamento
- Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - palestra da Diretora
- Governo de Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, através da participação de nove técnicos destes países no curso de Análise de Projetos.
- SEMAM-PR - através da realização do seminário sobre Tendências e Políticas na Área do Meio-Ambiente.
- FUNDAP - intercâmbio de bibliografia e de informações.
- FUNCEP - participação em reuniões com o corpo técnico da instituição para definição de linhas de atuação.

. **Desenvolvimento Interno.**

- Capacitação de 50 (cinquenta) servidores em Word 5.0.
- Introdução de um sistema de informações para organização e acompanhamento de eventos.
- Reorganização e atualização da memória de eventos

Divisão de Editoração e Divulgação - DED

. **Gerência da Política Editorial.**

- Racionalização da linha editorial:
Anterior: 7 séries de livros e 11 séries de Mimeos - Total: 18
Atual: 2 séries de livros (série IPEA e série IPEA/PNPE) e 4 séries de Mimeos (Texto para Discussão, Relatório Interno, Documento de Política, PNPE) Total: 6.

-
- Novo padrão de identidade visual.
 - Política de divulgação, comercialização e de preços adequada à realidade editorial do país.
 - Proposta de criação do Conselho Editorial do IPEA.
 - Modernização e adequação dos equipamentos da área.
 - Elaboração de normas técnicas de padronização dos Textos do IPEA
 - Manual de Editoração (em fase final).

. Processo de Edição e Difusão (ver publicações do IPEA-ANEXO)

. Eventos

- Encontro Anual da ANGE - Natal.
- Feira de Livros de Brasília.
- Encontro Anual da ANPEC - Brasília.

Nestes três eventos foram comercializados 435 textos e 14 assinaturas (PPP) com um faturamento de Cr\$ 626.499,00.

. Outros

- Assessoria à Secretaria de Política Econômica - edição do Documento "Brazil's Public Sector Debit Restructuring Plan".
- Contrato para venda de livros do IPEA com a Livraria Hidelbrando.
- Contrato para venda de livros do IPEA com Livraria Presença.
- Negociação para co-edição do texto "O Estado e o Mercado no Desenvolvimento Econômico".

Divisão de Processamento de Dados e Informática (DPI)

A DPI tem por objetivo coordenar as atividades de processamento de dados, propiciando suporte necessário às diversas áreas da Instituição na utilização da microinformática e demais recursos computacionais de uso comum. As atividades da DPI no 2º semestre de 90 podem ser agrupadas segundo as seguintes linhas de atuação:

- Normatização, planejamento e gerenciamento de Banco de Dados.
- Cursos de JCL, no IBGE/BSB, para permitir aos técnicos do IPEA/BSB o acesso e análise estatística via SAS/TSO de dados do SINBAD/IBGE/RJ.
- Curso de TSO/JCL para uso do SINBAD/IBGE/RJ, ministrado por Carmem Argolo, Técnica do IPEA/RJ.
- Palestra sobre o método BOX-JENKINS para análise e projeção de séries temporais proferida por Moisés Tenenblat e Carlos H.M. Coelho no IV Seminário de Teletráfego da Telebrás.
- Apresentação do Trabalho "Forecasting with Trading Day Variation, a Seasonal Common Factor and Variance Change", de autoria de Carlos H.M. Coelho e Moisés Tenenblat, no XII Encontro Brasileiro de Econometria, BSB.

-
- Instalação do Banco de Dados Macrométrica.
 - Instalação do Banco de Dados do Ministério do Trabalho.
 - Instalação do Software Word 5.0 em todas as Coordenações do IPEA.
 - Aquisição do Software SAS para Microcomputador.
 - Aquisição do Software Ventura-Publisher.

. **Modernização e compra de equipamentos.**

- Aquisição de 2 microcomputadores Everex 386/20, instalados em BSB e RJ para se constituírem em futuros servidores de Redes LAN.
- Padronização de equipamentos através da assessoria na compra de 22 impressoras (Emília e Rima) para substituírem as de marca Grafix em BSB e RJ.
- Aquisição de Modems para ligação BSB/RJ.
- Aquisição de sete microcomputadores (386) para as Coordenações do IPEA e montagem da futura rede local.

. **Padronização da linguagem Word 5.0 para o IPEA.**

. **Elaboração de projeções de curto e médio prazos.**

- A DPI produz periodicamente a projeção do índice de produção industrial e das exportações totais em conjunto com a CPM.
- Apoio à SEPE na reformulação do boletim de indicadores econômicos.
- Apoio à SEPE nas projeções de variáveis macroeconômicas.

Divisão de Biblioteca e Documentação (DBD)

A DBD tem por objetivos a guarda, manutenção e preservação da memória da Instituição, além de propiciar aos técnicos, de forma mais ágil, acesso à produção científica atual. No período de junho a dezembro de 1990, a DBD desenvolveu as seguintes atividades:

- Incorporação do acervo do ex- CENDEC à biblioteca central do IPEA, com seleção de 40% das publicações e inscrição das restantes para serem baixadas no início de 1991.
- Aquisição do Software MICROISIS e TECER para informatização de base de dados do acervo bibliográfico.
- Publicação do PLANINDEX-BRASIL, V.1, No 1, jun. 1988.
- Incorporação de 1.100 publicações e encaminhamento, para aquisição, de 240 títulos nacionais e estrangeiros sugeridos pelas Coordenações.
- Microfilmagem, em convênio com o Ministério do Trabalho, dos Planos de Governo de 1954 a 1973.
- Reformulação do projeto editorial do PLANINFORME, com edição de 4 números: julho, setembro, outubro e dezembro
- Negociação com o IBICT/CNPq com o objetivo de automatizar os serviços, informatizando o processo de aquisição, catalogação, seleção e busca.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O ano de 1990 foi caracterizado por profundas alterações na administração do IPEA, com modificações no Estatuto, em sua estrutura orgânica e na composição da Diretoria de Administração e Finanças, com substituição de seus titulares. A partir de maio, a principal diretriz que orientou as atividades da diretoria foi a busca de maior eficiência e redução de despesas.

Esta diretoria tem como característica executar atividades marcadamente de rotina. Suas ações são delineadas por normatização da Secretaria de Administração Federal e do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Assim, descrevemos neste relatório as atividades que se destacaram durante o ano, por envolver esforços adicionais às atividades de rotina.

Diretoria de Administração e Finanças

No intuito de adequar o quadro de funções gratificadas à nova estrutura do Instituto e às diretrizes da reforma administrativa, foram realizados estudos que acarretaram na redução deste quadro, com um corte de 94 funções gratificadas, representando uma economia de aproximadamente 40% dos recursos financeiros alocados a esta categoria de despesa.

Departamento Administrativo e Financeiro

Refletindo as novas diretrizes da direção do IPEA, o Departamento Administrativo e Financeiro, sem prejuízo do desenvolvimento de suas atividades típicas - aquisição, guarda, distribuição e recuperação de materiais; gestão do patrimônio e serviços gerais; administração orçamentária e contabilidade - deu ênfase ao programa de redução de despesas, destacando-se os seguintes aspectos:

- Redução da frota de veículos - em cumprimento às normas emanadas da Secretaria de Administração Federal, a frota do IPEA foi reduzida de 18 para 6 veículos, empregados única e exclusivamente no transporte de servidores a serviço e de material. Os custos com combustível foram reduzidos na mesma proporção.

-
- **Redução da estrutura**- com vistas à compactação da estrutura, foram promovidos estudos no sentido de aglutinar num número menor de seções as atividades que apresentassem compatível grau de afinidade. Como decorrência foram extintas três seções.
 - **Redução do efetivo de pessoal** - em decorrência das alterações implementadas no contexto da Reforma Administrativa, o efetivo de pessoal lotado no departamento foi reduzido de 81 para 58 servidores.
 - **Alienação de bens imóveis** - dando cumprimento às diretrizes governamentais, providenciou-se a alienação dos lotes de propriedade do IPEA situado no Setor de Garagens Oficiais. Quanto às projeções de blocos residenciais situados na Asa Sul, estas deverão ser permutadas com o BNDES por parte do edifício onde o IPEA está instalado. No que tange à unidade do Rio de Janeiro, entendimentos estão sendo mantidos com o MEFP para que o IPEA possa utilizar espaços na sede local e com isto conseguir reduzir o gasto com aluguel.
 - **Diligências dos órgãos de controle interno e externo** - foram atendidas todas as diligências formuladas pela Secretaria de Controle Interno - Ciset e pelo Tribunal de Contas da União - TCU, tendo o IPEA prestado todas as informações solicitadas nos prazos estabelecidos.

Na área de material, foi dada continuidade aos projetos iniciados no exercício anterior, destacando-se a conclusão e implantação do sistema de Administração de Material, que se encontra em pleno funcionamento.

No setor de serviços contratados, houve significativa redução de custos, em decorrência da aplicação das leis do plano de estabilização econômica e legislações complementares, com a suspensão de reajustes contratuais baseados nos indicadores econômicos, de acordo com a Portaria nº 422, de 24/07/90, do MEFP.

No setor de patrimônio, foi realizado um amplo trabalho de levantamento de bens do IPEA em posse de terceiros e com a recuperação destes bens para utilização na atividade final da Instituição e a alienação do patrimônio excedente.

Na gestão econômico-financeira foram realizadas reduções substanciais no item "outros custeios e capitais" em relação a 1989. Com relação ao item "pessoal", não pode ser conseguida redução, em decorrência das dificuldades encontradas na gestão desta área. Contudo, para o próximo período esperamos redução significativa com a passagem dos servidores do IPEA para o regime jurídico único. Cabe salientar que, para este período, conseguimos um superávit de aproximadamente 11% dos recursos disponíveis, que em sua quase totalidade são recebidos do Tesouro Nacional.

Departamento de Recursos Humanos

Este departamento desenvolveu no período atividades mais relacionadas às rotinas de serviço, cabendo destaque para as ações voltadas para o treinamento e apoio aos servidores do IPEA. Entre as atividades realizadas, as que mais se destacaram foram:

-
- Microfilmagem dos documentos de pessoal - em continuidade aos serviços iniciados em 89, a microfilmagem vem se desenvolvendo lentamente com 60% dos documentos já preparados e 10% dos documentos microfilmados. Isto se deve à precariedade de recursos materiais e humanos para o desenvolvimento deste serviço.
 - Implantação do SIAPE - foi iniciada a inclusão dos servidores do IPEA no Sistema Central de Pessoal do Governo Federal. Os servidores do setor de pessoal foram treinados e o cadastramento e primeiras críticas foram realizadas no final do ano. A partir do início de 91, o sistema anterior de pagamento será desativado e se estará realizando a folha de pagamento através do SIAPE.
 - Regime Jurídico Único - com a promulgação da lei nº 8112/90, a Divisão de Pessoal tem desenvolvido diversas ações para adequação dos servidores do IPEA, regidos pela CLT, ao novo regime jurídico. As rotinas administrativas desta área estão sendo reestudadas para adaptação às novas necessidades.
 - Programa de Assistência Psicológica - foram realizadas 43 entrevistas individuais e familiares para apoio aos servidores do IPEA, a pedido do serviço médico ou por solicitação direta dos servidores.
 - Programa de Treinamento - a partir da avaliação de desempenho de 1989, foi desenvolvido um programa de treinamento para reforço dos pontos fracos percebidos nas diversas áreas do IPEA. Realizaram-se no segundo semestre do ano cursos em O&M, atendimento ao público e integração e motivação no trabalho.
 - Prevenção de Acidente no Trabalho - realizou-se a I SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho), que contou com a participação de especialistas para proferir palestras aos servidores do IPEA. Para o pessoal da CIPA foi realizado treinamento em prevenção de acidentes.
 - Projeto de Prevenção e Recuperação do Alcoolista - foi lançado internamente um projeto para apoio aos servidores do IPEA no combate ao alcoolismo, procurando-se atingir aqueles servidores que apresentam maior incidência de alcoolismo no serviço.

No âmbito da Seção de Benefícios, foram feitos os acompanhamentos e análise necessários à avaliação dos programas assistenciais, bem como elaboradas propostas de modificações capazes de assegurar que os recursos despendidos pelo IPEA e pelos servidores tivessem uma melhor e mais eficaz utilização.

Nessa linha de atuação, várias propostas foram apresentadas, tanto para ampliar algumas áreas de atendimento, como para restringir outras, que a análise apontou como excessivas.

Em decorrência das propostas apresentadas, foi alterado o Regulamento de Prestação de Assistência Médico - Odontológica através das instruções de serviço nº 006, 008 e 011.

Foi aprovada a proposta apresentada para adoção da Tabela Nacional de Honorários Odontológicos, o que muito contribuiu para o trato com os

profissionais credenciados, por ser esta tabela produto de estudo realizados pelos órgãos superiores da classe.

GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Exercício de 1990

(Valores em Cruzeiros)

FONTES

A) RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO

- Recursos Ordinários	2.815.623.000,00	
- Recursos de Operações de Crédito	66.494.717,35	
- Outros Recursos do Tesouro Nacional	<u>52.172.000,00</u>	2.934.289.717,35

B) RECURSOS PRÓPRIOS

- Saldos de Exercícios Anteriores	48.636.899,91	
- Receitas Operacionais, Alienação de Bens Móveis, Eventuais e Outras	<u>6.013.410,63</u>	54.650.310,54

C) RECURSOS RECEBIDOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS ESPECIAIS

- Convênio IPEA/FINEP/IBGE/BNDES/CNPq/PNPE		209.000,00
- TOTAL		<u>2.989.149.027,89</u>

APLICAÇÕES

A) DESPESAS CORRENTES

- Despesas de Custeio	2.621.594.093,75	
- Transferências Correntes	<u>17.285.000,00</u>	2.638.879.093,75

B) DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos	6.310.690,50	
- Transferências de Capital	<u>4.998.703,99</u>	11.309.394,49

C) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA

- Superávit		<u>338.960.539,65</u>
- TOTAL		<u>2.989.149.027,89</u>

PROJETO DE GERENCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO / GESEP ACORDO BRASIL/BIRD -2721

Durante o ano de 1990, o projeto passou por uma série de mudanças com a finalidade de proporcionar maior consistência e propiciar resultados mais significativos às demandas e propósitos do novo governo. Entre as mudanças ocorridas, as mais expressivas foram a centralização do gerenciamento no IPEA, a prorrogação do empréstimo por mais 12 meses (31/12/91), a reavaliação dos programas de trabalho dos componentes existentes e a inclusão de novos componentes relacionados às prioridades do novo governo.

Assim, este projeto assumiu uma nova postura, tendo um desempenho bastante superior ao de anos anteriores.

ATIVIDADES DA UNIDADE CENTRAL

No contexto da reforma administrativa implantada pelo novo governo, envolvendo, inclusive, a criação do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, foi implementada a partir de agosto a centralização do gerenciamento do projeto com a designação de um único gerente e a destituição dos demais.

A nova gerência organizou a unidade central de administração através da aproximação das equipes das antigas unidades administrativas, da organização dos dados e arquivos de documentação referente às atividades desenvolvidas até então pelo projeto e da criação de nova sistemática de acompanhamento e apoio às unidades que desenvolvem as atividades do projeto.

Foram organizadas as sistemáticas de solicitação e transferência de recursos para os componentes, elaboração de proposta orçamentária para o exercício de 1991 e apoio à Coordenação de Orçamento e Finanças do MEFP na preparação dos dados referentes aos pagamentos deste

empréstimo. Iniciamos também uma revisão das informações referentes ao convênio com o PNUD/OPS para agilizar e aprimorar sua utilização.

Em junho/90, o gerente recebeu uma missão do Banco Mundial para análise da situação do projeto e acompanhamento de progresso das atividades dos componentes. Nesta missão, discutiu-se a continuidade do empréstimo por mais um ano e a realocação dos recursos existentes.

A gerência do projeto encaminhou, junto com cada componente, a revisão do programa de trabalho para 90/91 e a adequação destes programas às políticas do Governo Federal, tendo também trabalhado com os interessados em ingressar no projeto. Após o recebimento dos projetos, a equipe realizou uma análise das propostas apresentadas e decidiu pela aceitação de todas elas, mesmo com as deficiências existentes. Foi elaborada uma síntese das propostas para discussão da realocação dos recursos com o DEAIN, a SEPE, o Secretário-Executivo e a Ministra da Economia.

A partir do novo quadro de alocação dos recursos decidido pela Ministra, definindo as prioridades de trabalho, cada componente foi informado dos recursos a eles destinados, solicitando-se, ademais, a adequação da proposta inicial aos recursos alocados. O Banco Mundial foi mantido a par deste processo e, ao final, encaminhou-se a documentação pertinente ao mesmo, formalizando-se a solicitação de extensão do contrato por mais um ano.

Em dezembro/90, uma nova missão do Banco Mundial veio ao Brasil para análise da capacidade de implementação dos diversos componentes e uma avaliação da adequação dos programas de trabalho aos montante de recursos alocados, bem como da correção das deficiências encontradas nas propostas de atividades.

Trabalhou-se com a missão no aprimoramento da capacidade gerencial central e de cada componente, assim como na elaboração do termo aditivo ao contrato de empréstimo.

Durante todo o ano, o DEAIN foi informado dos acontecimentos e decisões encaminhadas para todo o projeto com detalhes para os diversos componentes.

ATIVIDADE JUNTO A CADA COMPONENTE

Departamento da Receita Federal

A gerência do projeto realizou esforços e orientou a equipe do DRF, responsável pelo encaminhamento do projeto, para agilização do processo de prestação de contas e da sistemática de repasse de recursos. Foi criado um instrumento de acompanhamento das atividades do departamento incluídas no GESEP, e da utilização dos recursos. Procurou-se orientar o órgão, quando da revisão do programa de trabalho, acerca das diretrizes que deverão ser seguidas para enquadrar-se à nova realidade do projeto.

Departamento de Patrimônio da União

A gerência do projeto acompanhou o processo de elaboração do programa de trabalho do DPU, criou instrumento para acompanhamento físico-financeiro das atividades e orientou os responsáveis quanto à sistemática para solicitação de recursos e comprovação das despesas para ressarcimento pelo Banco Mundial.

Tribunais de Contas dos Estados

A gerência do projeto fez grandes esforços com este componente para incentivar sua execução. Foram realizadas uma série de reuniões com representante dos TCEs e a ESAF para levantamento da situação atual; solução dos problemas pendentes; definição das diretrizes e programa de trabalho para 1991, bem como do calendário de atividades e distribuição de responsabilidades. Houve um acompanhamento específico por este componente de um técnico do Banco Mundial, a quem foram esclarecidos todos os pontos da nova linha de trabalho e procurou-se assimilar algumas de suas sugestões.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

No IPEA, os trabalhos foram integrados com a Diretoria Técnica e consistiram da passagem a esta da responsabilidade dos convênios com o PNUD, a definição de diretrizes a serem seguidas pelo componente e apoio à definição e composição do comitê de pesquisa.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

No ano de 1990, o IBGE foi o componente que demandou menos esforços da gerência do projeto. Houve continuidade no relacionamento com interface para a comprovação de despesas e a contratação de consultoria externa.

Ministério das Relações Exteriores

A gerência do projeto contactou o MRE para conhecer o interesse do órgão na realização dos projetos propostos. Foi realizada uma reunião para esclarecimento de procedimentos e preparada uma minuta de convênio para que se pudesse iniciar a viabilização de execução das atividades. Como, porém, não houve retorno por parte do MRE, sugeriu-se ao Banco Mundial o cancelamento do componente.

Serviço Federal de Processamento de Dados

O SERPRO pleiteou recursos do projeto para ajudar na reestruturação da empresa dentro das linhas de atuação definidas pela reforma administrativa do Governo Federal e pelo seu planejamento estratégico. Foi prestado auxílio para a elaboração do plano de trabalho, indicando-se as informações e formato do projeto; estudou-se conjuntamente as formas de viabilizar a execução do projeto; e apoiou-se a elaboração de convênio de cost-sharing com o PNUD.

Secretaria de Administração Federal

A SAF pleiteou recursos do projeto para apoio à realização da Reforma Administrativa do Governo Federal. Foi prestado auxílio na elaboração

do plano de trabalho, indicando-se as informações e formato do projeto, e participando-se de reuniões para adequação das propostas apresentadas.

Outras Demandas

Além dos componentes acima descritos, que fazem parte do projeto para o ano de 1991, contatos foram mantidos com o Departamento de Tesouro Nacional, o Departamento de Orçamento da União, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Superintendência de Seguros Privados, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Administração do MEFP e a Secretaria de Economia do MEFP, para discussão de possível interesse no projeto, propostas de trabalho e meios para utilização. Para cada um destes órgãos os entendimentos não progrediram por falta de interesse, não-adequação do trabalho ao GESEP ou não-renovação dos contatos iniciais.

PROJETO NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL - PNSR PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UNIÃO - OPAS/OMS

Introdução

No decorrer de 1990, o PNSR deu continuidade às atividades que vinha desenvolvendo deste 1986, mas num trabalho com características bastante diferentes das anteriores. Devido às mudanças promovidas na administração federal pelo Governo Collor, houve alterações profundas na estrutura organizacional dos ministérios que vieram refletir diretamente nas atividades do Projeto. A responsabilidade pela gestão das ações federais na área de saneamento, que até então pertencia ao Ministério da Saúde, passou, com o novo Governo, para a competência do Ministério da Ação-Social-MAS. Isso fez com que o trabalho que o IPEA havia iniciado no segundo semestre de 1989, visando à transição do PNSR para o Ministério da Saúde, fosse redirecionado para o recém-criado MAS. Como o término do prazo de vigência do Acordo de Empréstimo nº 2532-BR com o Banco Mundial-BIRD estava previsto para junho de 1990, e considerando que se fazia necessário dispor de um prazo mais dilatado para levar avante um programa consistente de apoio técnico da equipe do PNSR aos ministérios da Ação Social e da Saúde, houve necessidade de se promover uma renegociação com os parceiros no Projeto, tanto com o BIRD quanto com a Organização Panamericana da Saúde - OPAS. Isto demandou um intenso trabalho de articulação e de tramitação burocrática entre as partes, o que prejudicou sobremaneira a continuidade das atividades do primeiro e segundo semestres de 1990.

Como resultado destas negociações, a vigência do Acordo com o BIRD foi prorrogada para 30 de setembro de 1990, ficando prorrogado para 31 de janeiro de 1991 o prazo de ressarcimento das despesas realizadas com o Projeto. Da mesma forma, o Convênio IPEA/OPAS-OMS teve sua vigência prorrogada para 31 de dezembro de 1990. Com isto, o trabalho teve maior intensidade no segundo semestre, após estas negociações, caracterizando a fase de transição do PNSR para os referidos ministérios.

Isto resultou num cronograma físico-financeiro de atividades, que foi elaborado em conjunto pelo PNSR, MAS, MS e OPAS, prevendo o desenvolvimento de um programa de trabalho concentrado em três módulos: (1) Transição do Acervo Técnico e Científico do PNSR ao MAS e o MS; (2) Apoio às negociações de empréstimo com o BIRD; e (3) Capacitação de Recursos Humanos.

Com a opção do Governo Brasileiro de alocar recursos internos para a implementação do PNSR, ao invés de buscar financiamento em organismos externos, o gerenciamento cancelou o módulo (2) do programa de trabalho. Desta maneira, as atividades se concentraram (a) na Transição do Acervo Técnico e Científico e Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos, em particular para as equipes do MAS e do MS/Fundação Nacional de Saúde; (b) na conclusão de trabalhos técnicos pela equipe do PNSR/IPEA e consultores nacionais e internacionais contratados através do convênio IPEA/OPAS; (c) na documentação áudio-visual da execução de experimentos em saneamento rural levados a efeito pelo PNSR nos diversos Estados da federação. Esta fase de transição (julho-dezembro) foi de fundamental importância para continuidade do PNSR no MAS e MS, e possibilitou, com o apoio financeiro do IPEA e apoio técnico da equipe especializada do PNSR/OPAS, transferência para aqueles ministérios de todo o acervo técnico e científico em saneamento rural produzido e coletado ao longo do tempo pelo PNSR. Como consequência deste trabalho, foi possível dar a continuidade desejada do PNSR em termos de políticas e programas de governo, com o lançamento conjunto pelos dois ministérios, em dezembro de 1990, do Programa Nacional de Saneamento Rural - PRORURAL.

Atividades Desenvolvidas

Em resumo, foram as seguintes atividades desenvolvidas no período:

Organização, Promoção e Participação de Eventos

- Encontro Regional sobre Programas Estaduais de Saneamento Rural - Campo Grande (MS).
- Encontro de Educadores em Saúde sobre Educação e Participação em Saneamento - Maceió (AL).
- Encontro de Trabalho em Saneamento Rural - Capacitação das Diretorias Regionais da FSESP (Fundação Nacional de Saúde), visando o acompanhamento e o apoio técnico às ações em saneamento rural no MAS - Brasília (DF).
- Treinamento da nova equipe técnica de saneamento rural do Estado de Alagoas - Maceió (AL).

Conclusão de Documentos Técnicos

- "Estudos de Caso para uma Alternativa Metodológica de Elaboração de Material Educativo em Saneamento Rural", e "Subsídios para o Estabelecimento de um Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Saneamento Rural".

Publicação de Documentos da Série Saneamento Rural

- “Subsídio para a Discussão da Questão Tarifária em Saneamento Rural”.

Reedição de Documentos da Série Saneamento Rural

- “Subsídios Metodológicos para a Prática da Educação e Participação em Saneamento Rural”, “Fundamentos Conceituais e Metodológicos da Educação e Participação em Saneamento Rural”, e “Bases para a Formulação de Políticas e Programas em Saneamento Rural”.

Elaboração de Documentos Técnicos

- “Comentando o Saneamento Rural no Brasil” (22 p); “Aspectos Institucionais do PNSR a nível Estadual, Municipal e Local - Modelos de Organização Institucional” (31 p); “Programa Nacional de Saneamento Rural: Sistema de Supervisão e Apoio Técnico (94 p); Programa Nacional de Saneamento Rural: Sistema de Acompanhamento e Avaliação” (14 p); “Modelos Alternativos de Organização do Funcionamento dos Serviços de Saneamento Rural” (124 p); “Avaliação das Ações Experimentais II” (44 p); “Ações de Saneamento Rural nos Municípios de Palhano, Jaguaruana e Boa Viagem (CE)” (44 p); “Análise da Metodologia Proposta pela FSESP para Tecnologias Apropriadas, Compatibilizando-a com a Proposta da CETESB” (31 p); “Programa Nacional de Saneamento Rural do MAS - PRORURAL”; “Manual de Operações do PRORURAL”.

Documentação Áudio-Visual dos Experimentos

a) Através de Vídeos:

- Educação e Participação: Experiência em Vila da Glória (ES);
- Educação e Participação: Experiência em Vila Lago do Limão (AM);
- Experiência e Participação: Experiência em São Miguel (AL);
- Ações Experimentais II na Comunidade de São Sebastião (CE);
- Ações Experimentais II na Comunidade de Lavador (PR).

b) Através de Slides e Fotografias:

- Ações Experimentais II em Saneamento Rural nos Estados de SC, PR, SP, SE, CE, AL, PA, AM, MA, GO e PE.

Participação em Eventos

- Simpósio Norte-Nordeste sobre Saneamento Rural e Meio Ambiente - Teresina (PI).
- Congresso Brasileiro sobre Saneamento - ABES - Belém (PA).
- I Congresso Panamericano de Saneamento Rural e Ambiental (Moderador no Painel sobre Experiências em Saneamento Rural) - Curitiba (PR).
- IV Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária (Palestra sobre Saneamento Rural: Situação Atual e Perspectivas Futuras) - Belo Horizonte (MG).

-
- Projeto Cinco e Meia, do MAS (Palestras sobre a Questão do Saneamento Rural no Brasil - O Papel do PNSR) - Brasília (DF).
 - Treinamento da Área de Educação e Participação sobre o Projeto Piloto de Minas Gerais (instrutor) - Belo Horizonte (MG).

Participação em Reuniões

- Participação Semanal dos Técnico do PNSR no Projeto Cinco e Meia do MAS.
- Reunião com o Secretário-Executivo do MS sobre a transição do PNSR para aquele Ministério e da pendência financeira do IPEA com a OPAS.
- Reunião com o Secretário-Executivo do MAS sobre a transição do PNSR para aquele Ministério.
- Reunião no Departamento de Saneamento da Caixa Econômica Federal, com Representantes do BIRD e do Estado de Minas Gerais sobre o Projeto Piloto de Minas Gerais.
- Reunião na COPASA sobre avaliação do Projeto Piloto de Minas Gerais.
- Reunião com o Secretário de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Estado do Rio de Janeiro sobre o apoio técnico do PNSR na elaboração do Programa Estadual de Saneamento Rural - Rio de Janeiro.
- Reunião com o Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central sobre pendência Financeira do IPEA com a OPAS.
- Reunião com o coordenador da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores, sobre a pendência financeira do IPEA com a OPAS.
- Reunião Com Representante da OPAS/OMS no Brasil sobre a prorrogação do convênio IPEA/OPAS.
- Reunião no IPEA com o Representante do BIRD sobre o andamento do PNSR.
- Reunião na FUNCEP sobre o apoio para a realização pelo PNSR, dos eventos de treinamento e capacitação técnica.

Outras Atividades

- Apoio técnico e financeiro por parte do PNSR aos Estados de Alagoas, Espírito Santo e Sergipe na conclusão dos respectivos Programas Estaduais de Saneamento Rural - 1º semestre 1990.
- Conclusão da primeira etapa do trabalho elaborado pela CETESB sobre Tecnologias Alternativas em Saneamento Rural - 1º semestre de 1990.
- Elaboração do Cronograma Físico-Financeiro das atividades desenvolvidas pelo PNSR no segundo semestre de 1990.
- Recomposição da equipe técnica do PNSR através da recontração do 15 consultores (12 brasileiros e 3 estrangeiros) - Convênio IPEA/OPAS.
- Contatos com a CETESB, visando a contratação da 2ª e 3ª etapa sobre Tecnologias Apropriadas em Saneamento Rural.

-
- **Elaboração de Relatório Técnico sobre as Ações Experimentais I em Saneamento Rural.**

Transferência do Acervo Técnico para o MAS e o MS.

- **Realização de tomada de preços para a reedição de 3 documentos técnicos da Série Saneamento Rural.**
- **Elaboração de roteiros para edição de vídeos sobre experiências em saneamento Rural na Vila do Lago do Limão (AM) e Vila da Glória (SC).**
- **Contrato através da OPAS, com o Centro de Material Educativo da UnB para a edição dos vídeos de Vila da Glória e Vila do Lago do Limão.**

ANEXO — PUBLICAÇÕES DO IPEA - 1990

TEXTO PARA DISCUSSÃO INTERNA

- No. 185 - "Trade Policies in Brazil", Helson C. Braga e William G. Tyler, Março 1990, 25 p.
- No. 186 - "Restrição Externa, Restrição Orçamentária e Restrição de Capacidade: O Caso Brasileiro", Fábio Giambiagi, Março de 1990, 40 p.
- No. 187 - "Brazil 1950-1980: Three Decades of Growth-Oriented Economic Policies", Pedro Malan e Regis Bonelli, Março 1990, 71 p.
- No. 188 - "Oferta Monetária, Nível de Atividade Econômica e Inflação", José W. Rossi, Março 1990, 14 p.
- No. 189 - "Measuring and Explaining Total Factor Productivity Growth: Brazilian Manufacturing in the Seventies", Armando Castelar Pinheiro, Março 1990, 71 p.
- No. 190 - "Technical Efficiency in Brazilian Manufacturing Establishments: Results for 1970 and 1980", Armando Castelar Pinheiro, Julho 1990, 17 p.
- No. 191 - "Why the Market Reserve is Not Enough: the Diffusion of Industrial Automation Technology in Brazilian Process Industries and its Policy Implications", Ruy de Quadros Carvalho, Julho 1990.

Nota: Esta série foi absorvida pela série TD, seguindo, contudo, a mesma numeração.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

- No. 192 - "Salário Mínimo e Taxa de Salários: O Caso Brasileiro", Ricardo Cicchelli Velloso, Agosto 1990, 36 p.
- No. 193 - "O Desempenho do Governo Brasileiro e do Banco Mundial com Relação à Questão Ambiental do Projeto Ferro Carajás", Sergio Margulis, Agosto 1990, 83 p.
- No. 194 - "O Desempenho do Governo Brasileiro e Banco Mundial com Relação à Questão Ambiental em Projetos Co-financiados pelo Banco", Sergio Margulis, Agosto 1990, 35 p.
- No. 195 - "The Road Transportation Industry in Brazil: Market Structure, Performance and Government Regulation", Newton de Castro, Setembro 1990, 53 p.
- No. 196 - "Do Cruzado ao Collor: Os Planos de Estabilização e a Agricultura", Gervásio Castro de Rezende, Setembro 1990, 25 p.
- No. 197 - "A Agricultura de Grãos no Centro-Oeste: Evolução Recente, Vantagens Comparativas Regionais e o Papel da Política de Preços Mínimos", Gervásio Castro de Rezende, Outubro de 1990, 36 p.

-
- No. 198 - "A Integração das Américas: Por Que? Para Quem? Quando? Como?", Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Outubro 1990, 48 p.
- No. 199 - "A Evolução da Distribuição de Renda entre 1983 e 1988", Regis Bonelli e Guilherme Luis Sedlacek, Outubro 1990, 15 p.
- No. 200 - "Determinadores da Participação de Menores na Força de Trabalho", Ricardo Paes de Barros e Rosane Silva Pinto de Mendonça. Novembro 1990.
- No. 201 - "Índices de Exportações para o Brasil: 1974/88", Armando Castelar Pinheiro e Ronaldo Serôa da Motta. Novembro 1990.
- No. 202 - "Infância e Adolescência no Brasil: As Conseqüências da Pobreza Diferenciadas por Gênero, Faixa Etária e Região de Residência", Ricardo Paes de Barros e Rosane Silva Pinto de Mendonça. Novembro 1990.
- No. 203 - "Wages in Urban Brazil: Evidence of Regional Segmentation of National Markets?", William D. Savedoff. Dezembro 1990, 23p.
- No. 204 - "Crescimento da Agricultura Brasileira e Política Agrícola nos Anos 80", José Garcia Gasques e Carlos M. Villa Verde, Novembro 1990, 15 p. (anexo)
- No. 205 - "Quem se Beneficia dos Programas Governamentais de Suplementação Alimentar", Ana Maria Peliano, Novembro 1990, 10 p. (anexo).
- No. 206 - "Determinação da Taxa de Câmbio: Testes Empíricos para o Brasil", José W. Rossi, Dezembro 1990.
- No. 207 - "A Colonização Oficial na Amazônia nos Anos 80", Anna Luíza Ozório de Almeida e Charley Francisconi Veloso dos Santos, Dezembro 1990 (em processo de edição).
- No. 208 - "A Colonização Particular na Amazônia nos Anos 80", Anna Luíza Ozório de Almeida e Charley Francisconi Veloso dos Santos, Dezembro 1990 (em processo de edição).

RELATÓRIO INTERNO

- No. 013 - "Fatores Sazonais da Receita Tributária", Fábio Giambiagi, Março 1990, 19 p.
- No. 014 - "O Déficit Fiscal: Caixa ou Competência", Maria da Conceição Silva, Julho 1990, 12 p.

Nota: Com a reestruturação editorial, esta série teve a sua numeração mudada, começando a partir do número 01, em cada Coordenação.

Coordenação de Política Agrícola - CPA

- No. 01/90 - "Nota sobre Gastos Públicos na Agricultura", Carlos M. Villa Verde e José Garcia Gasques. Setembro 1990, 4p.

Coordenação de Política Macroeconômica - CPM

- No. 01/90 - "Execução Financeira do Tesouro Nacional", Paulo Furtado de Castro e José Romeu de Vasconcelos, Setembro 1990, 3p.
- No. 02/90 - "Aspectos Básicos dos Efeitos do Programa de Estabilização Econômica na Contabilidade das Instituições Financeiras e Banco Central", Paulo Zolhof, Setembro 1990, 2p.
- No. 03/90 - "Dívida Externa:A Proposta Brasileira - 1990", Eduardo Felipe Ohana, Novembro 1990, 2p.
- No. 04/90 - "A Questão Inflacionária", Eduardo Felipe Ohana e José Hamilton de O. Bizzaria, Novembro 1990, 2 p.
- No. 05/90 - "A Execução da Política Monetária em 1990", José Romeu de Vasconcelos, Novembro 1990, 2 p.

Coordenação de Difusão Técnica e Informações - CDTI

- No. 01/90 - "As Exportações Brasileiras no Último Trimestre de 1990", Moysés Tenenblat (CDTI) e Mary de Melo Souza (CPM), Novembro 1990, 2 p.

ESTUDOS DE POLÍTICA INDUSTRIAL E COMÉRCIO EXTERIOR - EPICO

- No. 015 - "As Operações de Serviços no Brasil: Construção e Engenharia: Coleta de Informações e Análise", Reinaldo Gonçalves, Março de 1990, 136 p.
- No. 016 - "As Operações de Serviços no Brasil: Vídeo-Coleta de Informações e Análise", Reinaldo Gonçalves e Nivalde J. Castro, Março 1990, 65 p.
- No. 017 - "Política Tarifária Brasileira no Período 1980-88: Avaliação e Reforma", Honorio Kume, Março 1990, 81 p.
- No. 018 - "O Protecionismo dos Países Desenvolvidos e o Acesso de Produtos Brasileiros aos Mercados Externos", Lia Valls Pereira, Março 1990, 332 p.

SÉRIE FAC-SIMILE

- No. 034 - "Congelamento de Preços e Desequilíbrio", Fernando B. Saldanha, Setembro 1989, 97 p.
- No. 035 - "A Competição Espacial da Indústria Siderúrgica: as Implicações da Localização de Indústrias Produtoras de Aço na Amazônia", Carlos Maurício de Carvalho Ferreira, Março 1990, 133 p.
- No. 036 - "Salários Nominais, Política Salarial e Ativismo Sindical", José Márcio Camargo, Março 1990, 78 p.
- No. 037 - "A Teoria do Equilíbrio Geral e a Programação Matemática com um Número Infinito de Bens", A. Araújo, Março 1990, 52 p.

-
- No. 038 - "Desenvolvimento da Agricultura no Norte-fluminense, 1975/85. A Estrutura Geral do Agro Norte-Fluminense Atual (1975/1985)", Carlos Eduardo Rebello de Mendonça, Junho 1990, 28 p.
- No. 039 - "Formação do Estado e de sua Fiscalidade. A Gênese do Imposto de Renda no Brasil", Maria Valéria, Junho 1990, 78 p.
- No. 040 - "A Contribuição da Dívida Pública ao Financiamento do Setor Público", Alexandre Rodrigues D'Almeida, Junho 1990, 91 p.

SÉRIE ESEP

- No. 004 - "Metodologia de Projeção dos Gastos Previdenciários e Assistenciais", Francisco E. B. de Oliveira, Hilda Maria Cabral, Kaizo Beltrão e Sheyla Jarmouch Brito, Março 1990, 174 p.

CARTA DE CONJUNTURA

- No. 014 - IPEA/INPES - Janeiro 1990.
- No. 015 - IPEA/INPES - Fevereiro 1990.
- No. 017 - IPEA/INPES - Maio 1990.
- No. 018 - IPEA- Agosto 1990.
- No. 019 - IPEA- Setembro 1990.
- No. 020 - IPEA- Novembro 1990.
- No. 021 - IPEA- Dezembro 1990.

BOLETIM CONJUNTURAL

- No. 10 - IPEA- Junho 1990.
- No. 11 - IPEA- Outubro 1990.

NOTA PARA DISCUSSÃO

- No. 009 - "Aspectos Complementares da Circulação Urbana", Charles Leslie Wright, Fevereiro 1990, 26 p.
- No. 010 - "País Rodoviário e Outros Mitos", Charles Leslie Wright, Março 1990, 24 p.
Esta série foi absorvida pelo Relatório Interno.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

- No. 026 - "Salário Real e Oferta de Alimentos Básicos: Análise do Caso Brasileiro", Carlos Antônio Luque e José Paulo Zeetano Chahad, Janeiro 1990, 94 p.
- No. 027 - "O Estado e o Transporte Rodoviário de Carga", Ieda Maria de O. Lima, Janeiro 1990, 142 p.

No. 028 - "O Brasil e o Banco Mundial: Um Diagnóstico das Relações Econômicas - 1949/1989", Coordenadoria de Programas Setoriais de SEAIN/SEPLAN-PR, Fevereiro 1990, 190 p.

No. 029 - "Heterodoxy and Inflation in Brazil", Luiz Zottmann, Março 1990, 45 p.

Nota: Esta série foi encerrada neste número.

ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No. 023 - "A Criança no Brasil: O Que Fazer?". Convênio IPEA/IPLAN - UNICEF, Fevereiro 1990, 98 p.

No. 024 - "Educação Básica: Perspectivas para a Década de 90", Coordenadoria de Educação e Cultura, Fevereiro 1990, 36 p.

No. 025 - "Mudança Tecnológica, Aumento de Produtividade e Participação dos Trabalhadores em Empresas Estatais: Elementos para o Planejamento - Pesquisa do DIEESE E CEDAC", Coordenadoria de Emprego e Salários, Março 1990, 80 p.

No. 026 - "Acesso à Informação: Limites Culturais do Desenvolvimento", Coordenadoria de Educação e Cultura, Março 1990, 18 p.

Nota: Série absorvida pelo Texto para Discussão - TD.

DOCUMENTO DE POLÍTICA

No. 01 - "Política Industrial e de Comércio Exterior: Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria". Agosto 1990, 36 p.

PLANINFORME

IPEA/DBD

—V.5 No. 1 - Março 1990

—V.5 No. 2 - Abril 1990

—V.5 No. 3 - Junho 1990

—V.5 No. 4 - Julho 1990

—V.5 No. 5 - Setembro 1990

—V.5 No. 6 - Outubro 1990

—V.5 No. 7 - Dezembro 1990

LIVROS

—"Agricultura e Políticas Públicas". Guilherme Costa Delgado, José Garcia Gasques e Carlos Monteiro Villa Verde (Orgs.), 1990, 565p., CD.:IPEA 127

—"Bibliografia Brasileira de Planejamento - PLANINDEX". IPEA, 1990, 287 p., CD.:AV.14

-
- “O Brasil e o Banco Mundial: Um Diagnóstico das Relações Econômicas: 1949-1989”. Coordenadoria de Programas Setoriais da SEAIN/SEPLAN-PR, 1990, 287 p., CD.:AV.13
 - “Educação e Cultura - 1987: Situação e Políticas Governamentais”. Divonzir Arthur Gusso (Coord.), 1990, 258 p., CD.:IPEA 128
 - “Ensaio Sobre Mark-Up (com Especial Referência ao Caso Brasileiro)”. Juan Carlos Lerda, 1990, 134 p., CD.:P.21
 - “Gestão da Empresa: Automação e Competitividade”. Rosa Maria Sales de Melo Soares (Org.), 2a. Ed., 1990, 242 p., CD.:IPEA 129
 - “A Ironia na História do Pensamento Econômico”. Ricardo Tolipan, 1990, 94 p., CD.:P.23
 - “Macroeconomia do Crescimento do Governo”. Jorge Vianna Monteiro, 1990, 142p., CD.:P.22
 - “Meio Ambiente:Aspectos Técnicos e Econômicos”. Sérgio Margulis, 1990, 246 p.
 - “Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas”. IPEA/INPES, 4 volumes:
 - VOL 3 - População, Emprego, Desenvolvimento Urbano e Regional. 1989, 306 p., CD.:AV.11
 - VOL 4 - Políticas Sociais e Organização do Trabalho. 1990, 312 p., CD.:AV.12
 - “Perspectivas da Economia Brasileira 1989”. IPEA/INPES, 1990. 644P., CD.:AV.8
 - “Tecnologia, Produtividade e Participação”. IPEA/IPLAN/CES, 2a. Ed., 1990, 166 p., CD.:IPEA 130

REVISTAS

- Planejamento e Políticas Públicas. No. 3, Junho 1990.